

A MANUALIZAÇÃO DO SABER LINGUÍSTICO EM UM MANUAL DE LINGUAGEM INCLUSIVA INSTITUCIONAL BRASILEIRO: DISCURSOS SOBRE IGUALDADE DE GÊNERO EM ANÁLISE

Camilla Cruz¹

Resumo: Este artigo apresenta uma análise discursiva do processo de manualização do saber linguístico em um manual de linguagem inclusiva brasileiro. Buscamos compreender, sob o viés da Análise do Discurso de filiação francesa, em articulação com a História das Ideias Linguísticas, como ocorre o processo de manualização dos saberes sobre a língua portuguesa. Para tanto, nosso *corpus* de pesquisa se constitui do *Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL* (INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, 2018), dada sua atualidade e facilidade de acesso na internet, bem como sua extensão concisa. Em nossas análises, por meio dos recortes que selecionamos e desde o nosso gesto de interpretação, os discursos sobre igualdade se inscrevem em uma formação ideológica igualitária. Nesse sentido, no interior dessa formação ideológica, identificamos duas formações discursivas possíveis no guia analisado: não-sexista e inclusiva de gênero.

Palavras-chave: Manualização do saber linguístico. Manual de linguagem inclusiva. Análise do Discurso. História das Ideias Linguísticas.

THE MANUALIZATION OF LINGUISTIC KNOWLEDGE IN A BRAZILIAN INSTITUTIONAL INCLUSIVE LANGUAGE MANUAL: DISCOURSES ON GENDER EQUALITY UNDER ANALYSIS

Abstract: This article presents a discursive analysis of the process of manualization of linguistic knowledge in a Brazilian inclusive language manual. We seek to understand, under the bias of the Discourse Analysis of French affiliation, in articulation with the History of Linguistic Ideas, how the process of manualization of knowledge about the Portuguese language occurs. To this end, our research corpus is constituted by the Manual of Inclusive Language for Public Tender Notices (Public Selection) of IFAL (INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, 2018), given its timeliness and ease of access on the Internet, as well as its concise extension. In our analyses, through the clippings we selected and since our gesture of interpretation, discourses on equality are inscribed in a dominant discursive formation: the egalitarian. In our analyses, through the clippings we have selected and since our gesture of interpretation, discourses on equality are inscribed in an egalitarian ideological formation. In this sense, within this ideological formation, we identified two possible discursive formations in the analyzed guide: non-sexist and gender inclusive.

Keywords: Manualization of linguistic knowledge. Inclusive language manual. Discourse Analysis. History of Linguistic Ideas.

¹ Mestranda em Letras – Área de Concentração: Estudos Linguísticos; Linha de Pesquisa: Língua, Sujeito e História, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orientadora: Profa. Dra. Taís da Silva Martins (DLCL/Laboratório Corpus/PPGL/UFSM). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9622539552967527>>.

Introdução

Este artigo, vinculado ao Projeto de Pesquisa *A manualização do saber linguístico: discursos sobre igualdade de gênero em guias de linguagem inclusiva brasileiros* (GAP/CAL/UFMSM 056198), apresenta uma análise discursiva, desde a perspectiva teórico-analítica da Análise do Discurso de linha francesa em articulação com a História das Ideias Linguísticas, do manual de linguagem inclusiva brasileiro intitulado *Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL* (INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, 2018), o qual foi publicado pelo Instituto Federal de Alagoas, em 2018. Nossa análise tem como objetivo compreender como ocorre o processo de manualização do saber linguístico, bem como refletir sobre as práticas instrumentalização e de vulgarização da língua portuguesa, a partir do manual supracitado.

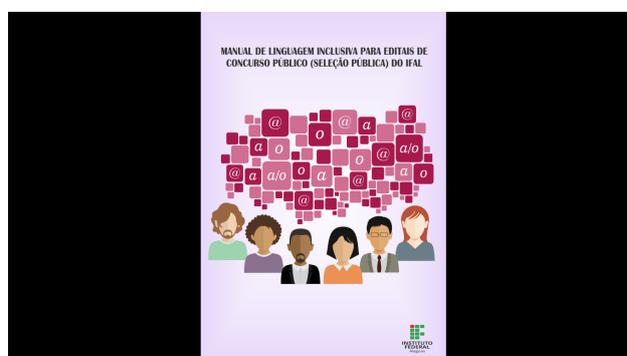
A importância desta pesquisa de justifica pela emergência da publicação de manuais de linguagem inclusiva na atualidade brasileira, além do fato de que há sujeitos que utilizam tal linguagem, o que pode ser observado nas redes sociais, nas produções culturais, entre outros meios de circulação de dizeres na contemporaneidade. Os manuais de linguagem inclusiva formam parte de estudos na área da Análise do Discurso, posto que um dos primeiros manuais publicados no Brasil, o *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz... bem se entende* (RIO GRANDE DO SUL, 2014), destinado à administração pública do Estado do Rio Grande do Sul, foi analisado previamente por analistas do discurso brasileiras, a saber: Abrahão & Souza e Garcia (2016); Zoppi-Fontana (2017); Garcia (2018), bem como outros manuais de países como Espanha, França e Portugal. Considerando as condições de produção contemporâneas, em que espaços como o Instituto Federal de Alagoas são frequentados por diversos sujeitos, de diversos

gêneros, é crucial tratar do tema “linguagem inclusiva” e da produção de efeitos de sentido acerca da igualdade de gênero em relação com a linguagem e a representatividade dos sujeitos.

Vale explicitar que o aparato teórico-metodológico deste trabalho tem como base principal noções campo da História das Ideias Linguísticas, como manualização e gramatização, assim como do campo da Análise do Discurso pecheutiana, como língua, ideologia, formação ideológica e formação discursiva. Para realizar as análises apresentadas neste artigo, primeiramente, selecionamos alguns recortes do manual em questão, com a finalidade de compreender o processo de manualização do saber linguístico.

Em seguida, em um segundo momento, relacionamos os recortes selecionados com noções caras à Análise do Discurso em uma relação interdisciplinar com a História das Ideias Linguística, contemplando o processo de vulgarização do saber linguístico no âmbito institucional, propondo uma reflexão sobre as práticas de instrumentalização da língua portuguesa, a partir de um *corpus* de pesquisa atual e de fácil acesso, visto que o manual analisado é sucinto e está disponível gratuitamente na internet. A seguir, na imagem 1, apresentamos a capa do manual analisado, a fim de ilustrar nossa materialidade discursiva, de caráter digital.

Imagem 1 – Capa do manual analisado



Fonte: Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL (IFAL, 2018).

É preciso explicar que o manual aqui investigado foi elaborado e publicado por uma instituição pública federal brasileira, localizada na região Nordeste do país: o Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Esse material foi criado para ser usado em editais de concursos públicos da mesma instituição, além de integrar o plano de ações proposto pelo Comitê Peger com o objetivo de conquistar o selo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal do Brasil, buscando promover o combate à desigualdade racial e de gênero na linguagem a ser utilizada em editais de concursos públicos do IFAL.

Como forma de esclarecer acerca da composição do manual analisado, é relevante sinalizar que o ele possui estas subdivisões, em termos de estrutura, nomeadas respectivamente: *Capa*; *Ficha técnica*; *Apresentação*; *Por que utilizar a linguagem inclusiva*; *Se navegar é preciso, tornar a linguagem inclusiva também!*; *Possibilidades*; *Leslie Campaner dá a dica*; *Ainda há dúvidas?*. Em nossas análises, os recortes contemplam duas seções do manual, são elas: *Por que utilizar linguagem inclusiva* e *Ainda há dúvidas?*.

Na capa, além de figuras que representam uma certa diversidade fisionômica de pessoas de raças, gênero, cabelo diferente, etc., se simbolizam o @, a letra *a* e o desdobramento *a/o* para marcar a inclusão de gênero. Embora o uso do @ possa dar a ideia de neutralidade, se trata de um símbolo impronunciável fonologicamente, não de uma letra capaz de compor palavras. A letra *x* também é difícil de ser pronunciada entre outras consoantes, ao ser usada em substituição de vogais como *a* e *o*, em palavras que marcam o gênero gramatical, ou seja, o feminino ou o masculino. Porém, é possível que nem todos os gêneros identitários sociais caibam nos desdobramentos das letras *a*, *o*, *x*, e ou do símbolo @, como comumente se observa no uso da linguagem inclusiva.

No manual em análise, na *Ficha técnica*, aparecem os nomes de pessoas que fazem parte da Pró-Reitoria de Pesquisa de Inovação, do Comitê Pró-equidade de Gênero e Raça do IFAL e do Grupo de Pesquisa em Gênero e Sexualidade do IFAL/Campus Penedo. A autora da apresentação é Leslie Campaner, mestra em gênero, subjetividade, conhecimento e cultura pela Universidade de Valência. Para fins de contextualização, é preciso mencionar que há algum tempo, desde o início do século XXI, a Espanha vem publicando guias de linguagem não sexista, principalmente em instituições universitárias, com a finalidade de promover a manualização do saber linguístico, conforme os estudos citados inicialmente.

Além disso, a principal forma de uso de linguagem inclusiva que o manual recomenda é uma linguagem inclusiva não sexista, apresentando possibilidades de não especificar o gênero para utilizar a língua, usando termos impessoais (como “pessoa”) ou comum de dois gêneros (como “docente”), tal como possibilidades de especificação dos gêneros (desdobramento das palavras em feminino e masculino). Tais possibilidades são sugeridas com o objetivo de evidenciar quem está inserido no discurso, feminizando a língua, isto é, nomeando os sujeitos em feminino e evitando o masculino genérico que pode ser ambíguo, pois não determina de quem ou com quem se fala, além de invisibilizar as mulheres, não cumprindo o papel de generalizar de fato.

Compreendemos que, socialmente, o emprego do masculino genérico é normatizado em instrumentos linguísticos, onde se encontram os saberes sobre como se deve usá-lo na língua considerada culta. Dito de outra forma, trata-se de saberes gramaticalizados que são apresentados tradicionalmente em gramáticas e dicionários. Nesse sentido, acerca da manualização da linguagem não sexista, Garcia (2018, p. 156) pontua que:

[...] o processo de manualização de uma linguagem não sexista, feminizada e suas condições de produção, os manuais, legitimados pelo poder estatal, juntamente com a legislação produzida que os sustenta, funcionam como um espaço de dizer, atendendo a demandas que buscam sustentar uma posição legitimada a mulheres, seja na sociedade ou nos usos que essa faz de uma língua.

Tendo em vista as condições de produção contemporâneas do Brasil, onde diversas formas de discriminação se manifestam ideologicamente na sociedade capitalista, a publicação de um manual de linguagem inclusiva pode significar a vulgarização de um saber linguístico determinado: aquele que busca incentivar a inclusão na esfera do discurso, seja ela com relação à gênero, raça ou etnia, por exemplo. Ao disponibilizar tal manual gratuitamente na internet, diversos efeitos de sentido podem passar a circular em espaços determinados, como os editais de concurso público do Instituto Federal de Alagoas e as publicações que divulgam a existência do manual.

Linguagem e inclusão: a manualização da linguagem inclusiva de gênero

Primeiramente, é essencial distinguir linguagem inclusiva, linguagem não sexista e linguagem neutra/não-binária. A linguagem inclusiva, em linhas gerais, busca estimular a igualdade no âmbito da linguagem, seja em relação a questões de gênero, etnia, raça, classe social, deficiências, etc. A linguagem não sexista, por sua vez, busca viabilizar uma linguagem inclusiva com respeito ao gênero feminino, evitando o uso do masculino genérico. Por outro lado, a linguagem neutra, também chamada de linguagem não sexista, busca promover uma linguagem inclusiva com respeito a todos os gêneros existentes, propondo uma modificação gramatical e morfológica. Dito de outra forma, se trataria de um terceiro gênero na língua portuguesa, considerado neutro, ou seja, nem feminino, nem masculino.

Em segundo lugar, destacamos a noção de língua para Pêcheux (2014), definida como a materialidade e a base dos processos discursivos, existente a partir da historicidade e da contradição ideológica. Dessa forma, a língua está sujeita ao equívoco, da mesma forma que constitui os discursos de forma contraditória. Dito isso, de acordo com Medeiros (2016), o surgimento de novos discursos sobre língua e gênero poderia fazer emergir novas formas linguísticas, as quais poderiam ser transitórias ou instalarem-se definitivamente na sociedade. Por isso, a inclusão com relação a questões de gênero busca dar visibilidade às pessoas de diferentes posições-sujeito que se identificam com diversos gêneros, para além do binarismo feminino e masculino.

Em terceiro lugar, é relevante mencionar que, conforme foi elucidado na introdução deste artigo, a publicação de manuais de linguagem inclusiva, igualmente chamados de manuais de linguagem não sexista, encontra-se em ascensão na atualidade, em países de fala portuguesa e de espanhola, inclusive em âmbitos institucionais, como universidades e institutos. Neste artigo, selecionamos o manual de linguagem inclusiva intitulado *Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL* (INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, 2018), um manual brasileiro de instância formal e institucional.

Buscando fundamentar teoricamente nossas análises, é essencial explicar o que é um manual e no que consiste a manualização. Segundo Puech (1998, p. 15), os manuais linguísticos são objetos socioculturais e tecnológicos, instrumentos linguísticos, que podem vulgarizar os saberes linguísticos de forma científica ou didática/escolar. Por sua vez, a manualização é “[...] o processo pelo qual os saberes linguísticos se expõem e se difundem aos fins operatórios de transmissão, apropriação, reinvestimento (PUECH, 1998, p. 15)”. Sendo assim, os manuais não devem ser entendidos como

produtos, mas como um dos aspectos de um processo muito vasto, o da disciplinarização dos saberes linguísticos.

Para que ocorra o processo de manualização do saber linguístico, no qual objetos socioculturais e tecnológicos, como manuais, guias, dicionários, gramáticas, entre outros, sejam instrumentos linguísticos de fato, Auroux (1992) teoriza sobre o processo de gramatização, que ocorre com o propósito de instrumentalizar uma língua. Dito de outra forma, trata-se da construção do saber linguístico, do saber que explica como se deve usar uma língua. Esse processo de descrever e instrumentalizar as línguas nunca termina, pois elas evoluem permanentemente.

Segundo Glazman (2021), conforme a perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, existe uma tendência de que os discursos sobre a língua, ou seja, as práticas metalinguísticas (como os manuais), se organizem em determinadas formas discursivas, em conformidade com a formação na qual se envolvem e com as tensões da conjuntura. A seguir, analisaremos discursivamente três recortes, os quais podem contribuir com os estudos discursivos acerca dos manuais de linguagem inclusiva institucionais brasileiros, considerando a importância de pesquisar acerca do processo de manualização do saber linguístico no campo da Linguística, especificamente da Análise do Discurso e das Histórias das Ideias Linguísticas.

O processo de manualização do saber linguístico no Manual de linguagem inclusiva para editais de concurso público (seleção pública) do IFAL: discursos sobre igualdade de gênero

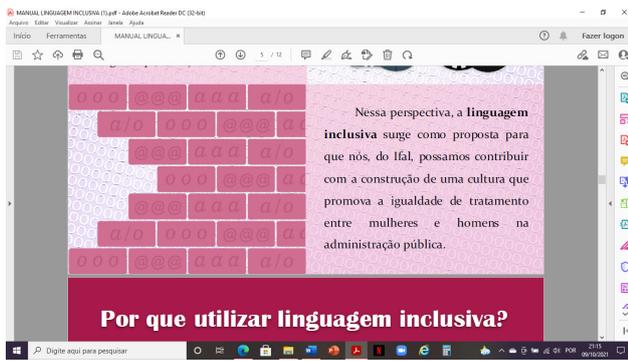
Compreender como a ideologia funciona em nossa pesquisa, concerne em analisar os processos ideológicos que fundamentam o discurso. Para tanto, é necessário que haja uma teorização dos

problemas do discurso, assim como de suas relações com a ideologia e as condições de produção e com a historicidade. Desde a perspectiva teórica da Análise do Discurso pecheutiana, é importante destacar que, nos colocamos, desde nosso gesto de interpretação, em consonância com Haroche et. al (1971):

[...] as formações ideológicas comportam necessariamente como um de seus componentes uma ou mais formações discursivas interligadas e determinam o que pode e deve ser dito (articulado sobre a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971, p. 102).

Desse modo, as formações discursivas compõem as formações ideológicas. Com isso, as formações ideológicas e a ideologia se relacionam ao materialismo histórico, visto que são forças sociais em embate. Conforme com Malidier, Normand e Robin (2014, p. 94), as ideologias são “[...] práticas inscritas em realidades materiais, em instituições, em aparelhos, alguns servindo mais do que outros aos mecanismos de reprodução do assujeitamento ideológico”. Para refletir acerca do funcionamento da ideologia em relação com o processo de manualização, em nossas análises discursivas, selecionamos três recortes, sob o critério de recorrência da palavra “igualdade” no manual. Cada vez que tal termo é mencionado, o discurso sobre igualdade na linguagem se inscreve em uma formação ideológica que denominamos formação ideológica igualitária dominante. Entretanto, os discursos podem inscrever-se em distintas formações discursivas, como podemos ver nos recortes apresentados nas imagens a seguir, as quais ilustram os três recortes selecionados:

Imagem 2 – Recorte 1: Seção Por que utilizar linguagem inclusiva



Fonte: Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL (IFAL, 2018).

No recorte 1, analisamos o enunciado: “Nessa perspectiva, a linguagem inclusiva surge como proposta para que nós, do Ifal, possamos contribuir para a construção de uma cultura que promova a igualdade de tratamento entre homens e mulheres na administração pública” (IFAL, 2018), ilustrado na imagem 2, o discurso se inscreve em uma formação ideológica igualitária e em uma formação discursiva não sexista, posto que há uma referência à binaridade de gênero: pode ser feminino, referindo-se às mulheres, ou masculino, referindo-se aos homens; porém, não pode ser outro que não se encaixe em nesse ou naquele, considerados opostos. Não há a possibilidade de marcar um terceiro gênero, com o objetivo de marcar o gênero neutro/não-binário que representasse sujeitos não-binários na linguagem.

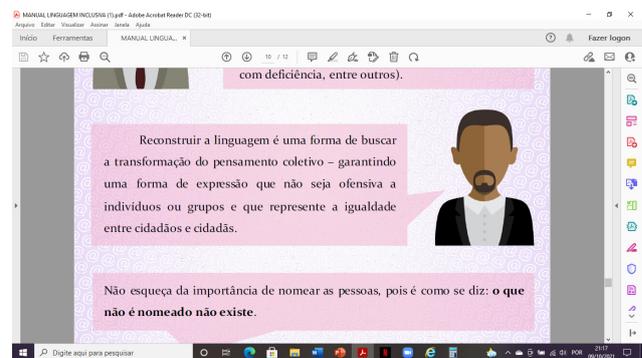
Nesse sentido, aqueles sujeitos que não se identificam nem com o feminino, nem com o masculino, não estariam representados, porque não são homens, tampouco são mulheres. O imaginário de igualdade se baseia no já-dito para produzir sentidos. De acordo com o enunciado do recorte 1, a igualdade deve ser promovida entre homens e mulheres, não se menciona a igualdade entre todos os gêneros, uma igualdade capaz de incluir pessoas não-binárias também. É uma forma de incluir que apaga pessoas que não são se inscrevem em uma posição-sujeito não sexista, como é o caso deste

recorte 1, mas que poderiam inscrever-se em uma posição-sujeito inclusiva de gênero ou em uma posição-sujeito neutra/não-binária.

Conforme Maldidier, Normand e Robin (2014), a eficácia histórica da ideologia se sustenta pelo fato de que esta tem dupla função: indicar um problema e ocultá-lo, ou seja, ao passo que são capazes de desvelar, podem mascarar. A partir dessa perspectiva, é importante analisar, nesse primeiro recorte, o indício da desigualdade de gênero na sociedade, pois o enunciado apresenta uma proposta que busca solucionar o problema da desigualdade de gênero na esfera da linguagem. Contudo, ao mesmo tempo, tal problema é ocultado em um deslize dos sentidos de binaridade e de ausência de pessoas não-binárias, uma vez que apenas os gêneros feminino e masculino são contemplados.

Vejamos como ocorre a inscrição em determinada formação discursiva no enunciado do segundo recorte:

Imagem 3 – Recorte 2: Seção Ainda há dúvidas?



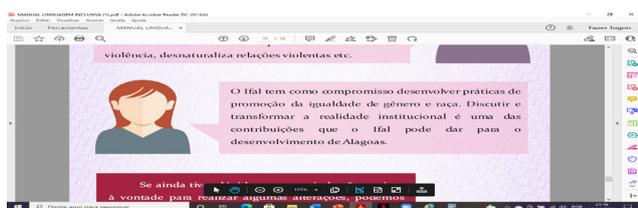
Fonte: Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL (IFAL, 2018).

Por sua vez, no recorte 2, analisamos o enunciado seguinte: “Reconstruir a linguagem é uma forma de transformação de pensamento coletivo – garantindo uma forma de expressão que não seja ofensiva a indivíduos ou grupos e que represente a igualdade entre cidadãos e cidadãs” (IFAL, 2018),

ilustrado na imagem 3. Conforme nosso gesto de interpretação, uma vez mais, o discurso se inscreve em uma formação ideológica igualitária e em uma formação discursiva não sexista, posto que feminiza a língua, rejeitando o uso do masculino genérico e desdobrando a palavra em masculino e feminino, ao passo que indica a proposição de que a igualdade que a linguagem precisa representar é igualdade entre “cidadãos” e “cidadãs”. Entretanto, vale destacar que o discurso sobre a igualdade desliza, já que reverbera na ordem enunciativa que propõe o manual: nomear o masculino após o feminino. Aqui, percebemos que o masculino está nomeado anteriormente ao feminino, em um possível movimento discursivo de deslize, onde o discurso, da ordem da inclusão e da ordem do antissexismo, vem a falhar.

No processo de produção sentidos, a ideologia tem lugar fundamental e é parte constituinte dos sujeitos que enunciam dizeres e dos sentidos que tais dizeres produzem. A ideologia, de acordo com Baldini (2009), se dá através das práticas e não pode ser concebida como um conjunto de ideias, mas sim como a via pela qual os sujeitos e o sentidos se constituem. Como mencionado anteriormente, os sujeitos que utilizam a linguagem inclusiva se inscrevem ideologicamente em determinadas formações discursivas, bem como em determinadas posições-sujeito. Dito isso, observemos como o discurso pode vir a assumir diferentes formações discursivas, a partir deste terceiro e último recorte:

Imagem 4 – Recorte 3: Seção *Ainda há dúvidas?*



Fonte: Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL (IFAL, 2018).

Por último, no recorte 3, o qual foi ilustrado na imagem 4, o enunciado a seguir foi analisado: “O Ifal tem como compromisso desenvolver práticas de promoção da igualdade de gênero e raça. Discutir e transformar a realidade institucional é uma das contribuições que o Ifal pode dar para o desenvolvimento de Alagoas” (IFAL, 2018), o discurso se inscreve em uma formação ideológica igualitária. No entanto, parece inscrever-se em diferentes formações discursivas possíveis. Uma delas, é a formação discursiva inclusiva de gênero, em concordância com a proposta geral do manual, dado que propor promover a igualdade de gênero de forma geral, sem mencionar gêneros específicos, sejam eles binários ou não-binários (agênero, transgênero, gênero fluido, bigênero, entre tantos outros) nem determinar que existe apenas a possibilidade de ser mulher ou de ser homem, como ocorre nos enunciados do recorte 1 e 2. A outra, é a formação discursiva antirracista, porque produz efeitos de sentido de igualdade com relação à raça, ao manifestar no discurso o compromisso de promover uma prática antirracista no uso da linguagem institucional.

Com base nesse terceiro e último recorte, é possível considerar que os sentidos de igualdade que ressoam no manual de linguagem inclusiva institucional analisado perpassam, não só os sentidos de igualdade de gênero, mas também sentidos de igualdade racial. Com isso, a linguagem inclusiva que o manual recomenda é uma linguagem ampla, que não se restringe a uma linguagem não-sexista, que feminiza a língua, ou antirracista especificamente.

Tendo em vista que, segundo Medeiros (2017), “a emergência de novos discursos sobre língua e gênero age, assim, na reorganização dos saberes e posições dentro da formação discursiva na qual se inscrevem”, é possível refletir, desde nosso gesto de interpretação, que nos discursos analisados nos recortes anteriores, a palavra “igualdade” produz

efeitos de sentido conforme a formação ideológica que se manifesta de forma dominante: a formação ideológica igualitária. Nesse sentido, diferentes formações discursivas compõem essa formação ideológica: a formação discursiva não sexista e a formação discursiva inclusiva de gênero. Cada uma dessas formações discursivas determina quais saberes e dizeres podem emergir no manual analisado e quais não podem fazê-lo. Na busca por incluir todas as pessoas, em alguns recortes, pessoas de tais gêneros foram nomeadas de forma binária. Em outros recortes, todas as pessoas foram generalizadas, em virtude de que não houve marcação de gênero. Em outros, a igualdade racial foi mencionada como igualmente necessária.

Por fim, para compreender os efeitos do processo de manualização a partir dessas análises, é imprescindível citar Puech (1998):

A manualização do conhecimento linguístico certamente não é redutível a uma degradação, uma perda da substância do conhecimento vivo, mas em dúvida representa o culminar de um processo contínuo que, desde a invenção até o reinvestimento no saber-fazer escolar passa por vários tipos de constrangimentos relacionadas à transmissão. Portanto, não ganhamos ao enrijecer em oposição a distinção “conhecimento aprendido” / “conhecimento ensinado”: o imperativo da transmissão é o foco em que as práticas padronizadas da invenção e aquelas de ensino se comunicam entre si (PUECH, 1998, p. 11-12).

Com isso, consideramos que a manualização dos saberes linguísticos possui fins didáticos de transmissão de saberes, buscando ensinar como se deve usar a língua, com a autoridade de ser um instrumento linguístico que detém o saber sobre a língua. O manual analisado é especialmente um manual de linguagem inclusiva antissexista e antirracista, ou seja, um manual que sugere uma linguagem que não use o masculino como genérico, entendido como incapaz de incluir todas as pessoas no discurso, diferente das gramáticas, por exemplo, que recomendam o masculino genérico para representar os sujeitos de diversos gêneros

identitários. Mas não apenas isso, na medida em que utilizar uma linguagem antirracista e antissexista vai além da morfologia das palavras.

A linguagem é mais ampla que a língua, ou seja, a forma de significar ultrapassa os sentidos que as palavras podem produzir quando nomeamos em feminino, masculino, genérico. Os sentidos da linguagem estão na ordem das palavras, no que elas podem significar em um discurso em funcionamento, em relação com as outras, em relação com a memória discursiva, a qual, como teoriza Indursky (2011), se refere aos sentidos autorizados, aqueles que podem ser ditos, e aos refutados, aqueles que não podem ser ditos, no interior de determinada formação discursiva.

Portanto, no caso do manual analisado neste artigo, a memória discursiva funciona como uma memória coletiva que se repete e faz emergir os discursos ditos ao longo da história em determinados lugares sociais, os quais produzem sentidos sobre ser homem, ser mulher, ser transgênero, ser uma pessoa negra, ser uma pessoa deficiente, entre outros, especialmente no Instituto Federal de Alagoas, lugar de publicação e de uso do manual em questão. Por isso, dizeres discriminatórios não devem ser enunciados em espaços institucionalizados, visto que não são aceitáveis socialmente em uma formação ideológica igualitária.

Considerações finais

Como efeito de conclusão, é possível observar que os discursos sobre igualdade, no manual analisado, são interpelados ideologicamente em virtude da busca por inclusão social. Nesse sentido, conforme Orlandi (1996, p. 27), a ideologia não é vista “[...] como conjunto de representações nem como ocultação da realidade. Enquanto prática significativa, discursiva, ela aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e

com a história, para que signifique”. A formação ideológica determinante que se manifesta no manual analisado neste estudo pode reverberar discursos que são determinados por diferentes formações discursivas. Os dizeres sobre igualdade, discursivizados no *Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL* (INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, 2018), determinam o que pode e o que deve ser dito sobre sentidos como *ela* e *ele*, tal como sobre um grupo de pessoas que não é identificável pessoalmente.

Contudo, tais discursos não produzem sentidos sobre um pronome não-binário e sobre uma pessoa não-binária, bem como a linguagem neutra/não-binária propõe, ao apresentar a possibilidade de utilizar pronomes tidos como neutros/não-binários (como *elu*, *ile* e *els*) para que os sujeitos não-binários se identifiquem com um lugar que não pertence ao que se considera feminino (*ela*), tampouco ao que se considera masculino (*ele*) na língua portuguesa e em outras línguas, como o espanhol, por exemplo, língua na qual diversos manuais de linguagem não-sexista têm sido publicados nas últimas décadas.

A formação discursiva inclusiva de gênero e a formação discursiva não sexista nas quais os discursos dos manuais se inscrevem, como indicam nossas análises, igualmente reverberam o não-dito: o apagamento da formação discursiva neutra/não-binária. A ausência de tal formação discursiva no manual analisado determina saberes sobre o uso de pronomes com relação ao sujeito-ela e ao sujeito-ele, assim como sobre o uso de termos que nomeiem os sujeitos em geral, sem gênero especificado. No entanto, essa ausência determina que o saber linguístico produzido por meio da manualização não sugere usos direcionados à nomeação do sujeito-não-binário, apagando sentidos possíveis e instrumentalizando outros discursivamente.

Finalmente, é preciso recordar que discussões sociais sobre linguagem inclusiva têm surgido no

Brasil, país atravessado por diversas desigualdades sociais, nos últimos anos. Por conseguinte, a sociedade precisa estar em constante diálogo sobre questões delicadas que se baseiam em ações antidiscriminatórias, como é o caso dos manuais de linguagem inclusiva, instrumentos linguísticos que refletem politicamente o que a sociedade constitui como o que pode e o que deve ser dito acerca de inclusão, discriminação, sexismo, preconceito, machismo, LGBTfobia, entre outros. Palavras como essas fazem circular sentidos que podem violentar em níveis mais intensos que a linguagem, mas que podem partir dela para dar o primeiro passo rumo a uma sociedade brasileira menos discriminatória e mais inclusiva.

Referências

- AUROUX, Sylvain. **Revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BALDINI, Lauro José Siqueira. Cinismo, discurso e ideologia. SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE
- DO DISCURSO, 4., 2009, Porto Alegre/Brasil. **Anais...** Porto Alegre/Brasil: SEAD, 2009. Disponível em: https://5e63f736-c0bf-426c-b8fc-6d3b71d6b5ef.filesusr.com/ugd/27fcd2_0164e9f754fb48dcb1523ea5a3c466f0.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.
- GADET, Françoise.; HAK, Tony. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014.
- GARCIA, Dantielli Assumpção. Sexismo linguístico e o processo de manualização: a presença de feminino na língua. **Fragmentum**, Santa Maria, v. jul./dez. n. Especial, p. 141-159, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/36587>. Acesso em: 12 out. 2021.

- GARCIA, Dantielli Assumpção; ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria. A manualização do saber linguístico e a constituição de uma linguagem não sexista. **Línguas & Letras**, Cascavel, v. 17, n. 35, p. 86-106, 2016. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/11505>. Acesso em: 10 set. 2021.
- GLOZMAN, Mara. La ilusión del todo. Lengua(je), discurso y política de géneros en perspectiva materialista. **Revista Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofía**, n. 8, p. 111-138, 2021. Disponível em: http://www.revistalatinamericana-ciph.org/wp-content/uploads/2021/03/La-ilusio%CC%81n-del-todo_Mara-Glozman.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.
- HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. **Langages**, n. 24, p. 93-106, 1971. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1971_num_6_24_2608. Acesso em: 12 nov. 2021.
- INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina. **Memória e história na/da Análise do Discurso**. 1. ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2011.
- INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS. **Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL**. Maceió: IFAL, 2018. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/noticias/comite-pro-equidade-do-ifal-disponibiliza-versao-eletronica-de-manual-de-linguagem-inclusiva/manual-linguagem-inclusiva-1.pdf>. Acesso: 10 nov. 2021.
- MALDIDIER, Denise; NORMAND, Claudine; ROBIN, Régine. IV. Discurso e ideologia: base para uma pesquisa. ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2014, p. 69-105.
- MEDEIROS, Laís Virgínia Alves. O acontecimento da linguagem inclusiva: uma análise discursiva. In: MUNDOS DE MULHERES & SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13., 2017, Florianópolis/Brasil. **Anais...** Florianópolis/Brasil: Universidade de Santa Catarina, 2017. p. 1-12. Disponível em: www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499434701_ARQUIVO_LaisVirginiaAlvesMedeirosTextoCompleto.pdf. Acesso: 10 out. 2021.
- MEDEIROS, Laís Virgínia Alves. **Essa língua não me representa: discursos sobre língua e gênero**. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/149540>. Acesso em: 08 out. 2021.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Exterioridade e ideologia. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 30, n. jan./jun., p. 27-33, 1996. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637037>. Acesso: 15 nov. 2021.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014.
- PUECH, Christian. Manuélisation et disciplinarisation des savoirs de la langue. **Les Carnets du Cediscor**, Paris, n. 5, p. 15-30, 1998. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cediscor/267>. Acesso em: 20 out. 2021.
- RIO GRANDE DO SUL. **Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz... bem se entende**. Tradução de Beatriz Cannabrava. Rio Grande do Sul: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, 2014. Título original: Manual para el uso no sexista del lenguaje: lo que bien se dice... bien se entiende. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf. Acesso em: 23 out. 2021.
- ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. Uma língua de estado não sexista: descolonizando a língua oficial da dominação sexual. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 5., 2017, Salento/Itália. **Anais...** Salento/Itália: Università del Salento, 2017. p. 505-522. Disponível em: <http://siba-ese.unisalento.it/>

<index.php/dvaf/article/view/17802>. Acesso em:
10 set. 2021.

Submissão: dezembro de 2021.

Aceite: março de 2022.